

Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos de despesas com aquisições de bilhetes ou títulos de transporte, ajudas de custo antecipadas ou não;

Assinar a correspondência corrente necessária à instrução e à tramitação de todos os processos que correm pela respectiva unidade orgânica.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados que se incluam no seu âmbito.

20 de Maio de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Margarida Ferreira Mateus Pratas Jorge*.

#### Despacho n.º 17713/2008

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com os artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e no uso das competências que me foram delegadas, com poderes de subdelegação, pelo despacho n.º 23 879/2007, de 24 de Setembro, do presidente da CCDRC, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 18 e Outubro de 2007;

Considerando que se torna indispensável conferir melhor eficiência e eficácia à actividade desenvolvida pelos serviços da CCDRC, por forma a rentabilizar os recursos disponíveis e garantir a satisfação dos destinatários:

Subdelego, com poderes de subdelegação, na directora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, Dr.ª Maria José Leal Castanheira Neves, competência para a prática dos seguintes actos:

a) Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, do pessoal da unidade orgânica que dirige, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos de despesas com aquisições de bilhetes ou títulos de transporte, ajudas de custo antecipadas ou não;

b) Assinar a correspondência corrente necessária à instrução e à tramitação de todos os processos que correm pela respectiva unidade orgânica;

c) Autenticar documentos relativos a processos da respectiva área funcional.

O presente despacho produz efeitos a 6 de Março de 2008, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados que se incluam no seu âmbito.

20 de Maio de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Margarida Ferreira Mateus Pratas Jorge*.

### Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

#### Despacho n.º 17714/2008

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção dos titulares do cargo de direcção intermédia do 2.º grau de dois lugares de director-adjunto do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas, cujas competências se encontram definidas no artigo 5.º e no quadro anexo dos Estatutos do ICNB, IP, aprovados pela Portaria n.º 530/2007, de 30 de Abril, que aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos:

O licenciado João Carlos Gomes Belo Farinha;  
A licenciada Maria José Pitta Groz da Costa.

Os nomeados têm o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas, sendo dotados da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, em virtude de serem detentores de uma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no âmbito temático do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas, de deter significativa experiência de trabalho em equipas pluridisciplinares e de coordenação de equipas, nomeadamente, nas áreas geográfica e temática do lugar a prover, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

14 Março de 2008. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

#### Curriculum vitae

João Carlos Gomes Belo Farinha, de 46 anos, natural de Lisboa, ingressou no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), actual Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Instituto Público (ICNB, I.P.), em Junho de 1986.

É licenciado em Recursos Faunísticos e Ambiente (Biologia), da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, tendo ainda terminado o curso de especialização do Mestrado em Gestão de Recursos Biológicos, da Universidade de Évora.

Desde o período em que ingressou no Instituto até finais de 1997 desempenhou, como técnico, funções na Divisão de Investigação e Estudos Ecológicos (DIEE) e na Divisão de *Habitats* e Ecossistemas (DHE) da Direcção de Serviços da Conservação da Natureza (DSCN), integrando as equipas técnicas de ornitologia e de zonas húmidas onde veio a desenvolver e coordenar vários projectos nacionais e internacionais.

Entre Fevereiro de 1998 e Maio de 2007 desempenhou o cargo de chefe da Divisão de Informação e Divulgação (DID), onde desenvolveu como principais actividades:

A implementação da sinalização da Rede Nacional de Áreas Protegidas;

A gestão do Centro de Documentação Técnica (CDT) e da Loja da Natureza dos Serviços Centrais;

A coordenação, edição e imagem gráfica das publicações do Instituto, sendo igualmente autor da maquetagem, grafismo e ilustração de várias obras e responsável pela produção das diversas exposições no âmbito do ICNB, tanto de âmbito nacional como local.

Em 1998 coordenou o grupo de trabalho que foi responsável pela implementação e funcionamento do Pavilhão do ICN/UICN, durante a EXPO 98.

Entre os diversos trabalhos que desenvolveu ao longo dos últimos anos, no âmbito das zonas húmidas, destaca-se a monitorização de espécies de aves aquáticas, inventariação e caracterização de sítios, cartografia de *habitats* e implementação de planos de gestão.

A partir de 2001 até 2007, coordenou o Centro de Zonas Húmidas, integrado na DSCN, sendo responsável pela elaboração do Plano de Gestão da Lagoa Pequena na Lagoa de Albufeira.

Orientou diversos trabalhos de estágios para conclusão do grau de Licenciatura em Biologia, assim como foi monitor de acções de formação, nomeadamente sobre inventariação, monitorização e gestão de zonas húmidas.

Como ponto focal para a Convenção de Ramsar, participou como chefe de Delegação, na 7.ª, 8.ª e 9.ª Conferência das Partes Contratantes (COP), sendo responsável pela elaboração dos relatórios nacionais e pela elaboração das candidaturas de novos sítios a serem declarados como Zonas Húmidas de Importância Internacional.

Desde 1998, participou como ponto focal do Comité Mediterrânico para as Zonas Húmidas (MedWet/Com), sendo responsável pela elaboração dos relatórios nacionais e pela coordenação do grupo de trabalho para os temas relacionados com inventários de zonas húmidas na Região Mediterrânica, nomeadamente a promoção e a divulgação das metodologias MedWet.

A partir de Junho de 2007, exerceu, em regime de substituição, o cargo de director-adjunto do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas.

#### Curriculum vitae

##### 1 — Dados biográficos:

Nome — Maria José Pitta Groz da Costa;  
Filiação — Augusto Baptista da Costa e Isilda dos Santos Pitta Groz;  
Nascimento — 11 de Novembro de 1970;  
Naturalidade — Luanda, Angola;  
Nacionalidade — portuguesa;  
bilhete de identidade n.º 8979760, de 28 de Janeiro de 2008. Arquivo de Lisboa;  
Estado civil — solteira.

##### 2 — Qualificações académicas:

1994 — Licenciatura em Biologia Marinha e Pescas na Universidade do Algarve com a classificação final de 14 valores;  
2006 — frequência do 2.º ano do curso de Terapia Gestalt na Sociedade Luso-Espanhola de Terapia Gestalt e no Instituto de Psicoterapia Gestalt de Madrid.